

A crise ética

» SACHA CALMON

Advogado, ex-professor titular da UFMG e da UFRJ, é coordenador da especialização em direito tributário das Faculdades Milton Campos



Durante 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) fez o diabo para manter-se no poder. Não me refiro aos focos de corrupção para arranjar fundos eleitorais, mas ao atropelo à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que, com o Plano Real, estabilizador da hiperinflação, é a melhor contribuição de Fernando Henrique Cardoso a nosso sofrido país e a seu povo. Segundo o relatório do Ministério Público Federal (MP), o governo Dilma cometeu graves atentados à referida lei, pondo em risco a segurança econômica do país, já abalado com os disparates da “nova matriz econômica” praticada pelo PT.

O que pode nos sobrar de bom é a lição, para que não se repita, e a imediata extensão dos controles externos às empresas estatais e de economia mista, agenda para o sr. Cunha, na Câmara dos Deputados. Diz o MP: “Foram praticadas graves e intencionais violações à Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de expandir gastos públicos, sem sustentação orçamentária e financeira, com a agravante de terem sido cometidas em ano eleitoral, a indicar uma incidência em condutas que a LRF veio justamente combater”. E mais: “Muito embora se tenha dado ênfase às práticas que ficaram conhecidas como pedaladas fiscais, foram identificados na auditoria elementos que demonstram que, para além das pedaladas, outras graves irregularidades foram cometidas para manter ou expandir gastos públicos, em ano eleitoral, apesar da ciência pelo governo federal da redução de arrecadação e projeções de aumento de despesas obrigatórias”.

Algumas pedaladas fiscais merecem ser explicadas, embora sejam muitas as esperanças da contabilidade criativa do PT (irresponsabilidade governativa). Há uma regra de ouro na LRF proibindo que o governo use os fundos dos bancos oficiais (BB, CEF, BNDES) para as despesas. Aliás, foi para evitar essas contas-movimento que os estados

da Federação foram obrigados a vender os bancos oficiais (eles cobriam em aberto os rombos nos orçamentos). Pois foi isso que a presidente Dilma fez. Depois de dilapidar as contas orçamentárias com gastos eleitorais, avançou no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no FGTS e nos abonos salariais. Como não tinha recursos disponíveis, usou o dinheiro do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para repor os desfalques, deixando essas instituições, seus correntistas e investidores com o buraco das contas não pagas.

O Tesouro, exangue de recursos, avançou no dinheiro dos bancos oficiais, o que é expressamente proibido pela LRF, com o fito de tornar sérios e responsáveis os administradores da coisa pública. Para colmatar o malffeito, a Advocacia-Geral da União inventou, como se pudesse fazê-lo, um “contrato de mútuo” entre a União e os bancos oficiais mencionados, como que almejando tapar com a peneira a lesão à LRF. Ora essa, com autorização contratual ou não, o que a LRF exige é que o Tesouro não utilize recursos de seus bancos, pessoas jurídicas diversas do governo. O que esperar de governantes que

arrasaram a Petrobras com negócios ruinosos, adendos contratuais superfaturados, aquisições absurdas e o congelamento dos preços dos combustíveis?

O relatório do MP é opinativo. Cabe ao Tribunal de Contas (TCU) julgar as ações da Presidência da República, mas sem a autoridade da coisa julgada dos órgãos do Poder Judiciário. Nosso modelo vem do sistema belga. A Corte de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo, que tem duas funções primordiais, a de fazer leis (função legislativa) e a de fiscalizar as ações do Poder Executivo (função fiscalizatória). O TCU julga as contas e, com base nelas, o Poder Legislativo exerce suas funções constitucionais, podendo chegar ao impeachment, a teor do art. 85, §§ V e VI, da Constituição. O Tribunal de Contas, à unanimidade, para evitar a alegação de que o governo da União não

fora ouvido no curso do devido processo legal, o que levaria à judicialização da questão, deu 30 dias à presidente para justificar 13 pontos da sua prestação de contas considerados atentatórios às boas práticas e à lei de Responsabilidade Fiscal.

Ela sabia de tudo, tanto que, ciente de que a gastança eleitoral consumiria os recursos da nação, enviou, em urgência urgentíssima, pedido ao Congresso Nacional para mudar a meta do superavit primário em troca da liberação de emendas parlamentares no valor de R\$ 10 bilhões, como se o dinheiro arrecadado fosse seu e não da sociedade. A nação se pergunta se o TCU e o Congresso Nacional aliviarão mais uma vez as peraltices do Poder Executivo ou comportar-se-ão com a seriedade que a situação exige, aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal àquela que — com irresponsabilidade — a malversou, em prejuízo da nação e de seu povo, fatigado e descrente. Essa é a questão ética que se põe perante 202 milhões de brasileiros. As últimas contas do Executivo examinadas pelo Congresso Nacional remotam ao último ano de governo de FHC.

O uso intensivo e sustentável dos recursos naturais

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Presidente da Embrapa

“Intensificação sustentável.” Esse é um conceito que cada vez mais ganhará notoriedade. A razão é simples.

A população mundial seguirá crescendo, mais urbanizada e exigente, em um planeta de recursos naturais finitos. Vai exigir mais alimentos, energia e bem-estar, o que requer uso mais eficiente das riquezas da natureza — e será preciso conservar tais bens para as gerações futuras. “Fechar essa conta” define a intensificação sustentável.

O estudo Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira, lançado pela Embrapa em 2014, sinaliza que, por volta de 2030, poucos países vão concentrar boa parcela da população e da renda. A população mundial gradativamente se tornará mais idosa. A renda per capita em importantes países consumidores vai se elevar, assim como a demanda por proteínas nobres como leite, carne, ovos, peixes, frutas, verduras e legumes.

Em duas décadas, deve aumentar em 3 bilhões o número de consumidores do planeta, e a região da Ásia-Pacífico concentrará cerca de 60% da classe média mundial. Tão significativo quanto o crescimento da população e a mudança das exigências e preferências dos consumidores é o fato de que tal cenário deverá ser observado mais em regiões onde é baixa a possibilidade de ampliar a produção de alimentos. Há carência de terras agricultáveis e de recursos essenciais, principalmente água, como nas imensas áreas desérticas e semiáridas da África e da Ásia.

No mundo, as áreas que poderiam ser utilizadas para a expansão da fronteira agrícola estão na Rússia e no Leste Europeu.

Mas seu aproveitamento é limitado em razão do clima e da necessidade de grandes investimentos, de difícil realização nas próximas décadas. O Canadá, país onde há terras e boa infraestrutura de suporte à produção agrícola, convive com sérias limitações climáticas.

A América do Sul é a região que dispõe de condições de clima e recursos naturais mais favoráveis para a expansão sustentável da atividade agrícola, especialmente na faixa tropical e subtropical. Potencial semelhante existe em partes da África Subsaariana, embora o aproveitamento nessa região dependa de substantivas mudanças políticas e estruturais, tarefa para muitas gerações.

Repousa, portanto, sobre a América Tropical a grande responsabilidade de alimentar a população e, ao mesmo tempo, ampliar a ação de prover alimentos para um mundo que seguirá crescendo e demandando quantidade, diversidade e alto padrão de qualidade. Fazê-lo, de forma sustentável, exigirá sofisticação tecnológica que amplie a eficiência de uso dos recursos ambientais — especialmente água, solo e biodiversidade — e garanta serviços ecossistêmicos adequados, como reciclagem de resíduos, recomposição das reservas hídricas, melhoria da atmosfera.

O Brasil lidera grande esforço de geração e uso de tecnologias poupa-recursos, de baixa emissão de carbono, capaz de promover a expansão sustentável da produção agrícola. Expansão baseada mais em ganhos na produtividade da terra, em sintonia com o novo Código Florestal. O Plano ABC — Agricultura de Baixa Emissão de Carbono — é arroja-

da política pública que visa ampliar a recuperação de pastagens degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), o sistema de plantio direto (SPD), a fixação biológica de nitrogênio (FBN), florestas plantadas e o tratamento de dejetos animais.

Por isso, chama a atenção do mundo o potencial de intensificação sustentável da agricultura brasileira. Grande extensão de nossas áreas agrícolas pode ser utilizada de maneira segura 365 dias ao ano, produzindo, no mesmo espaço, grãos, proteína animal, fibras e bioenergia. E, diferentemente de qualquer grande produtor de alimentos no mundo, o Brasil mantém 62% do território com cobertura vegetal natural.

Esse protagonismo e as oportunidades de geração e disseminação de tecnologias capazes de promover a expansão sustentável da produção agropecuária dominarão as discussões de especialistas nacionais e internacionais no primeiro Congresso Mundial sobre Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. O evento, organizado pela Embrapa e instituições parceiras do Brasil e do exterior, começará amanhã no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

O fórum terá como pano de fundo a ambição de garantir a segurança alimentar e nutricional no futuro. É grande oportunidade para que o Brasil se apresente como nação preparada para contribuir por duas vias complementares: pela via da vocação natural, de país grande e diverso, com pujante riqueza ambiental; e pela via da competência, amparada em sua história de pesquisa e inovação agropecuária consolidada nas últimas quatro décadas.



ARI CUNHA
DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circacunha.df@dabr.com.br

Mundo carece de coerência

Na foto em que o presidente da Bolívia, Evo Morales, entrega ao papa Francisco um Cristo crucificado sobre uma foice e martelo, símbolo máximo do ateísmo comunista, a expressão surpresa e séria do pontífice contrasta com alguém que acaba de receber uma lembrança de visita.

Para a comunicação social do Vaticano, o papa teria dito a frase: “Isso não está bem”. Gafes à parte, o discurso de Francisco, pelos países da América Latina que visitou, serviu como uma luva no cenário político que predomina no continente. Ao insistir na temática da mudança, problema que o papa enxerga como comum a toda a humanidade, ele fez um apelo para que todos reconheçam que o mundo não está bem.

Reconhecemos nós que as coisas não andam bem num mundo onde há tantos camponeses sem terra, tantas famílias sem teto, tantos trabalhadores sem direitos e tantas pessoas feridas na sua dignidade. O que, à primeira vista, poderia parecer discurso de candidato político em campanha, se mostrou logo coerente com a pregação do Santo Padre pelo planeta: “Pergunto-me se somos capazes de reconhecer que estas realidades destrutivas correspondem a um sistema que se tornou global”.

Reconhecemos nós que esse sistema impôs a lógica do lucro a todo custo, sem pensar na exclusão social nem na destruição da natureza? Quis o destino que o mandatário da Igreja Católica fosse alguém oriundo do continente sul-americano, sabedor das mazelas políticas que desde sempre assolaram estas bandas. As mudanças que prega Francisco vão além das propostas pelo establishment, sobretudo as vendidas pelos populistas que infestam o continente. O discurso do papa é harmônico quando se veem as ações do pontífice.

Não se pode desprezar a visão global adquirida por esse pastor da Igreja, pois, da sua peregrinação pelo mundo, principalmente com as populações mais sofridas, Francisco vem colhendo dados que o autorizam a formular a tese de que a destruição do ecossistema, aliada ao alargamento do fosso entre ricos e pobres, acentuado pelo consumismo desenfreado, ameaçam a humanidade indistintamente, globalmente.

Na pregação pelo mundo, Francisco acredita que: “A mudança concebida, não como algo que um dia chegará porque se impôs esta ou aquela opção política ou porque se estabeleceu esta ou aquela estrutura social. Sabemos, amargamente, que uma mudança de estruturas, que não seja acompanhada por uma conversão sincera das atitudes e do coração, acaba a longo ou curto prazo por burocratizar-se, corromper-se e sucumbir”.

»A frase que foi pronunciada

“Todo mundo é capaz de oinar uma dor, exceto quem a sente.”

William Shakespeare

Agenda

» Amanhã é dia de abertura da temporada oficial 2015 da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional. Mas atenção! O concerto será no Santuário Dom Bosco com entrada franqueada ao público. Os 35 anos da orquestra serão comemorados em parceria com a Embaixada da França.

No concerto

» Compositores e cantores franceses marcarão o evento. A soprano franco-libanesa Rima Tawil será a solista da noite e interpretará árias famosas de Jules Massenet, Georges Bizet, Giacomo Puccini, entre outros compositores. A regência será do maestro titular Cláudio Cohen.

Release

» Mais uma vez o BRB apoia o Torneio de Vela Adaptada. A competição vai ser hoje “na praia”. Da raia náutica vão participar 16 paratletas. A regata comemora a lei que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada na segunda-feira (6), pela presidente da República. A proposta é assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, promover a equiparação de oportunidades, maior autonomia e garantia de acessibilidade no país.

Proposta

» Projeto de lei do deputado distrital Wellington Luiz propõe a redução proporcional do IPTU aos proprietários de imóveis residenciais e terrenos que adotarem medidas que estimulem a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Impa

» Quarta-feira vai ser um dia interessante na Câmara dos Deputados. Cientistas brasileiros vão explicar aos parlamentares a importância do aprendizado da matemática. Foram convidados para responder à pergunta “Por que aprender matemática?” o presidente da Sociedade Brasileira de Matemática, Marcelo Viana, e o professor Arthur Ávila, pesquisador do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

Quem é

» Com 35 anos de idade, Ávila recebeu em agosto do ano passado a medalha Fields, conhecida como o Nobel da Matemática. A entrega do prêmio ocorreu na abertura do 27º Congresso Internacional de Matemáticos, em Seul, na Coreia do Sul. Ávila é o primeiro ganhador do prêmio na América Latina.

» História de Brasília

Necessidade de expansão profissional, necessidade de sair de certa cidade, necessidade de independência financeira, necessidade de dinheiro mesmo, mas todo o mundo está por necessidade. (Publicado em 19/8/1961)